

Sobre João da Gama Figueiras Lima, o Lelé

Haroldo Pinheiro*

Arquitetura *sf.* 1. Arte de edificar.

Essa primeira definição do dicionário Aurélio sintetiza bem a produção do Lelé em seus 59 anos de Arquitetura. Em sua obra, o equilíbrio das proporções, a dignidade dos espaços e a elegância do desenho dos elementos de construção, invariavelmente apresentados com lógica e tecnologias criativas e contemporâneas, tudo é consequência de uma trajetória pessoal e profissional coerente e determinada.

Em 1957, apenas dois anos após a diplomação no curso na Universidade do Brasil – e incentivado por Aldary Toledo, mestre com quem aprendeu os primeiros segredos da profissão –, deu um passo definitivo para sua formação técnica ao trocar o Rio de Janeiro (e suas atuações como músico em clubes noturnos da antiga capital) pelas obras de Brasília (e um acordeon nas noites alegres entre companheiros na Cidade Livre).

Como arquiteto do IAPB, foi responsável pela obra da SQS 108 – projeto de Oscar Niemeyer, onde fica o primeiro bloco habitacional inaugurado na Nova Capital. Depois, outras obras de conjuntos residenciais, sempre caracterizadas por soluções técnicas inventivas e racionais – como na quadra de habitações geminadas na Avenida W3, onde o presidente Juscelino Kubitschek foi ver pessoalmente aquelas casas que se construíam em tempo recorde “de cima para baixo” (primeiro, uma rápida e delicada estrutura metálica que sustentava provisoriamente a cobertura, abrigando os operários de chuva e sol, depois as alvenarias portantes e o “resto”).

Convidado por Niemeyer em 1962, participou da criação da UnB como professor de Projeto, responsável pelo tronco de Tecnologia da Construção e coordenador do primeiro curso de pós-graduação em Arquitetura. Também como secretário executivo do Centro de Planejamento, gerenciou projetos e obras – do próprio Ceplan, dos Institutos de Artes e Arquitetura (IAA), Central de Ciências (ICC) e de Teologia, com Oscar Niemeyer; e outros de autoria própria, como os apartamentos para professores da Colina e os prédios multiuso de Serviços Gerais –, todas pré-fabricadas, consolidando a opção pela construção racionalizada. Também foi responsável pelo desenvolvimento do Plano Orientador do Campus da UnB, este de autoria de Lucio Costa.

Deixou a Universidade na demissão coletiva de 1965 – em protesto contra o regime instalado na UnB, que punia e afastava arbitrariamente professores e funcionários.

Projetou e construiu as oficinas e escritórios Disbrave (revendedora VW), que redefiniram o gabarito arquitetônico da Avenida W3 Norte de Brasília: arquitetura com personalidade própria, que ainda resiste a seguidas intervenções desrespeitosas. Pouco depois, o Hospital Regional de Taguatinga: obra harmoniosa, com técnica construtiva apurada (pré-fabricada e com instalações acessíveis), que planejou e dirigiu como consultor técnico da Fundação Hospitalar do DF e que já o colocou em posição destacada no campo da arquitetura hospitalar.

Como na UnB, seguiu acompanhando Niemeyer em outras obras importantes, como os novos e dignos plenários da Câmara e do Senado, reformados na ampliação do Congresso Nacional; o Quartel General do Exército (pré-fabricação pesada); o Museu da Terra – obra arrojada, parte do complexo de museus, complementados pelos do Mar e do Cosmos (também não realizados) – que, com o Teatro Nacional, formaria o Conjunto Cultural de Brasília.

Em 1973, realizou sua primeira obra fora de Brasília: as secretarias do CAB (Centro Administrativo da Bahia) – edifícios de escritórios que serpenteiam nas cumeadas da topografia caprichosa de Salvador, preservando a Mata Atlântica ainda abundante: uma impressionante aula de implantação, demonstração inquestionável de domínio sobre as técnicas de construção e de como o conhecimento tecnológico bem apropriado é importante para a preservação do ambiente natural.

Logo após, volta a surpreender, complementando o conjunto com o Centro de Exposições e a Igreja do CAB – obra de arte em pedra bruta e concreto armado que emerge, sublime, do cenário nativo de mata e coqueirais.

Numa sequência de obras admiráveis, realizou em Brasília a residência para ministro de Estado e as casas para José da Silva Netto (em concreto, suspensa sobre o arvoredos) e Nivaldo Borges (em arcos e abóbadas de blocos cerâmicos); o Conjunto Camargo Corrêa (proposta arrojada para construção industrializada); a Academia de Tênis de Brasília (depois incrivelmente desfigurada por uma sequência desastrosa de reformas e ampliações, complementadas por uma “decoração” igualmente inacreditável);

a sede da Portobrás (também incompreensivelmente corrompida por um “empacotamento” em painéis alumínicos); o Centro de Pesquisas de Agropecuária do Cerrado da Embrapa e o Hospital Sarah no Centro de Brasília – este, o primeiro resultado da parceria com o Dr. Aloysio Campos da Paz Jr., que mais tarde se mostraria especialmente prolífica e importante para as vidas do arquiteto e do médico.

A convite do prefeito Mário Kertész, que conhecera como secretário de Planejamento do Governo da Bahia à época da construção do CAB, em 1978 cria e dirige a Renurb (Empresa de Renovação Urbana de Salvador), como instrumento para enfrentar os problemas de urbanismo e saneamento da cidade. Utilizando tecnologia de ponta – devidamente adequada às condições físicas e sociais da região –, realizou quilômetros de canais e escadarias drenantes com pré-fabricados leves, para montagem manual sem desalojar os moradores locais; contenções de encostas e proteções de calhas de córregos, além de escolas e postos de saúde construídos em econômico padrão de blocos cerâmicos aparentes e lajes mistas pré-fabricadas também à vista, atuando especialmente em regiões pobres e degradadas da cidade.

Desenhou o primeiro mobiliário urbano para Salvador, a partir de peças pré-fabricadas em concreto armado: abrigos e terminais para ônibus, postos policiais, bancas para jornalheiros e para trovadores, bancos de praça, “orelhões” e coletores de lixo. Orientou um moderno programa de transporte de massa para a cidade e, dentro deste, o Terminal de Transbordo da Lapa, obra edilícia e viária pesada, também pré-fabricada em concreto armado. Na cidade das igrejas, projetou mais uma, elegante e despojada: a de Nossa Senhora dos Alagados, inaugurada pelo papa João Paulo II.

Em 1982, fechou seu escritório, não por falta de grandes projetos, pois já se firmara como um dos grandes nomes da arquitetura brasileira (na época, abdicou do contrato para realização da sede de uma das maiores empresas de informática do planeta, que vinha conduzindo com êxito), mas por opção própria e definitiva, com objetivo determinado de se dedicar à pesquisa em busca de soluções construtivas racionais que contribuíssem para a redução dos problemas sociais do país.

Deslocou-se para a cidade de Abadiânia/GO onde, com os limitados recursos disponíveis em uma prefeitura de interior, pôs – literalmente – mãos à obra, iniciando um inovador processo de fabricação de peças leves em argamassa armada para construção de pontes para estradas vicinais e escolas rurais. Neste período foi levado pelo prefeito Wander Almada, que o convidara a atuar em Abadiânia, a apresentar ao governo de Goiás um plano para a montagem de pequenas fabricas (similares à de Abadiânia) em regiões estrategicamente distribuídas pelo estado, que não foi levado adiante.

Reconhecido como mestre nas artes e técnicas da Arquitetura, retornou às atividades docentes na Universidade Católica de Goiás, a convite do antigo companheiro da UnB Edgar de Albuquerque Graeff. Também incentivado por ele, e a convite do MEC/Cedate, ministrou cursos de Tecnologia da Construção nas universidades públicas brasileiras. Mais tarde, nos anos 1990, foi reintegrado à UnB como professor Titular.

Redescoberto por Darcy Ribeiro, que trouxe a Abadiânia o então governador Leonel Brizola para ver aquela “fábrica de escolas”, Lelé voltou para o Rio de Janeiro para implantar a Fábrica de Escolas do RJ – partindo para uma rotina de trabalho em programas de governos municipais ou estaduais, sempre com processos industriais ágeis e racionais, de custo reduzido e arquitetura marcante. Com a parceria definitiva de Athos Bulcão, levou arte integrada à arquitetura e alegria para as comunidades pobres e, dali em diante, em todas as obras que realizou.

Construiu e dirigiu fábricas de escolas e de saneamento no Rio de Janeiro e, voltando a Salvador, criou a FAEC (Fábrica de Equipamentos Comunitários). Cedeu sua tecnologia para Brasília (Fábrica de Argamassa Armada da Novacap), São Paulo (CEDOC – Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos e Comunitários), Campinas (FAC – Fábrica da Associação Comunitária), Natal e Belém (fábricas das prefeituras municipais), sendo responsável por sistemas construtivos que produziram inúmeros edifícios (é realmente impossível quantificar) para escolas, creches, postos de saúde, centros comunitários e de assistência social, passarelas e soluções para saneamento básico.

Na FAEC, desenvolveu sistemas específicos para produção de escolas (evoluído do sistema de escolas rurais de Abadiânia e dos assentamentos subnormais do RJ, mas agora para escolas urbanas, com opção para dois pavimentos), de creches (com coberturas em abóbadas de argamassa armada) e para hospitais (com pé-direito mais elevado, aberturas para iluminação e ventilação zenitais mais generosas, divisórias redimensionadas para abrigar maiores concentrações de instalações e um inovador sistema de ventilação natural por galerias subterrâneas, também utilizadas para manutenção e remanejamento fácil das instalações prediais e especiais limpas).

Ainda na FAEC, destacam-se ainda as passarelas que, além de ligar as cumeadas das colinas às avenidas de fundo de vale de Salvador, em algumas também funcionavam como pequenas estações de transbordo entre os sistemas de transportes rápidos (na via central da avenida) e os locais (nas vias laterais). E, ainda, a recuperação das praças, utilizando o novo mobiliário urbano pré-fabricado em argamassa armada, que incorporou sanitários públicos de montagem rápida aos já tradicionais bancos, abrigos e arrimos.

O sistema construtivo para hospitais, citado acima, produziu um prédio para o HPAP (Hospital de Pronto Atendimento Psiquiátrico de Brasília) e iniciou a produção de peças para montagem de três unidades para a Rede Sarah de Hospitais, que idealizara com o médico Aloysio Campos da Paz e o economista Eduardo Kertész – em Salvador, São Luís e Curitiba, cada um para 180 leitos e cerca de 27.000m² de área construída –, para montagem em um ano. Dificuldades administrativas com o terreno da obra de Salvador levaram à suspensão do programa, que apenas adormeceu por algum tempo.

As “fábricas de escolas” culminaram em 1991 no projeto CIAC (Centros Integrados de Apoio à Criança) idealizado por Darcy Ribeiro e Leonel Brizola para o Governo Collor – 22 usinas que atenderiam igual número de regiões brasileiras para produção e montagem de 5.000 edifícios criteriosamente projetados e adequados às condições climáticas e topográficas mais diversas do país e que poderiam ter contribuído enormemente para mudar a face da Educação e da Saúde brasileiras, além de trazer uma nova cultura para a nossa indústria da construção.

Um projeto à altura do desafio: corajoso, rigorosamente planejado e perfeitamente factível sob a liderança do Lelé. Com equipes estaduais e regionais, compostas por colaboradores antigos, ex-alunos e novos colegas identificados com a proposta, iniciou o processo de transferência tecnológica com a implantação das fábricas e execução completa de dois prédios-piloto: nas comunidades do Paranoá/Brasília, e do Caju/RJ – em apenas quatro meses.

Entretanto, desvios no planejamento administrativo acertado com o governo e com a empresa gerenciadora apontaram para a possibilidade de levar (como levaram) à inconfiabilidade econômica do programa e obrigaram o afastamento voluntário de Lelé e de toda equipe técnica que o acompanhara, já no início de 1992.

Poderia ter ocorrido aí um final melancólico, derrota de uma causa de vida. Mas outra ação nacional, renovada e fincada nos mesmos princípios, começava a tomar forma a partir da realização das versões de dois daqueles hospitais planejados na FAEC: as unidades de São Luís e de Salvador, cujos anteprojetos haviam sido entregues por Lelé à APS (Associação das Pioneiras Sociais).

O anteprojeto para o hospital de São Luís havia sido livremente adaptado em 1990 para execução pré-fabricada em concreto armado e executado por uma construtora de atuação nacional.

Pouco adiante, ainda em 1991 e paralelamente ao programa CIAC, com autorização de Lelé e contratado diretamente pela APS, o projeto para o hospital Sarah/Salvador vinha sendo adaptado em Brasília para industrialização em um novo sistema construtivo misto: com infraestrutura original pré-fabricada em argamassa armada (galerias), aproveitando as fôrmas e peças que haviam sido parcialmente prontadas pela FAEC (já praticamente desativada pela gestão que sucedeu o prefeito Mário Kertész) e superestrutura industrializada em aço (pilares, vigas e cobertura).

Essa obra, com a mesma área planejada originalmente, foi realizada diretamente pela APS com técnicos indicados pelo Lelé e sempre vinculados à sua liderança. Foi construída, equipada, mobiliada e posta em funcionamento em 14 meses, com custo significativamente menor do que o da unidade de São Luís e estimulou a retomada do projeto da Rede Sarah de Hospitais e, por consequência, à criação do CTRS (Centro de Tecnologia da Rede Sarah) em 1993.

A “mixagem” de tecnologias utilizadas para viabilizar a realização do Sarah/Salvador funcionara bem e abriu um novo e amplo caminho de industrialização, que produziu mais três hospitais do mesmo porte (em Fortaleza, BH e RJ), dois postos hospitalares avançados (Macapá e Belém), um Centro de Reabilitação (RJ), um Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação (DF), um auditório/teatro e um edifício garagem vinculados ao primeiro hospital Sarah (DF), um almoxarifado e oficina de equipamentos (também no DF) e um Centro Comunitário junto ao hospital Sarah/São Luís – além da reforma do próprio Sarah/São Luís e a ampliação do Sarah/Salvador.

A alta qualidade construtiva e o baixo custo de execução levaram o TCU (Tribunal de Contas da União) a encomendar oito sedes estaduais para suas Secretarias de Controle Externo, projetadas e

fabricadas no CTRS em Salvador e montadas em Aracaju, BH, Cuiabá, Maceió, Natal, Salvador, Teresina e Vitória.

Outras solicitações de órgãos públicos ampliaram as possibilidades de pesquisa e realização do CTRS, que fabricou a sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (em Salvador), diversas sedes de prefeituras e câmaras municipais em pequenas cidades do Maranhão, o Posto Fiscal de Estiva/MA, a Praça e Capela de S. José do Ribamar/MA e um novo sistema para as novas passarelas de Salvador.

A usina do CTRS passou a fabricar também arrimos de argamassa armada (o 'aterro estrutural', inspirado no sistema de 'terra armada', mas para montagem manual). Das oficinas do CTRS, saíram ainda equipamentos complementares para seus edifícios, tais como: elevadores hidráulicos, elevadores externos em plano inclinado, eclusas para centros cirúrgicos, mobiliário hospitalar (camas-maca, equipamentos fixos e rodantes de apoio, sofás, poltronas, mesas etc.), mobiliário de exterior, luminárias, alto falantes, ventiladores de teto e de parede – e até mesmo uma série de ônibus para transporte de camas-maca e cadeiras de rodas e um catamarã para condução de pacientes para atividades lúdicas e exercícios de fisioterapia em caiaques no Lago Paranoá de Brasília.

Essa produção formidável ocorreu entre 1993 e 2009, quando Lelé finalmente deixou a coordenação técnica do CTRS, após a conclusão do inovador e premiado hospital Sarah/RJ. Entendia que sua presença não mais se justificava, pois desde 2003 o CTRS havia sido limitado a atender exclusivamente às necessidades de ampliação e manutenção da Rede Sarah de Hospitais. Isto, por orientação da Direção da APS em função de um acórdão do TCU que, paradoxalmente, entendeu que o CTRS não poderia mais atender a pedidos externos, mesmo que exclusivamente para outros órgãos públicos. 'Paradoxalmente', pois o próprio TCU já havia encomendado oito edifícios para o CTRS, relacionados acima.

A ampliação da Rede Sarah de Hospitais não seria permanente, mas o CTRS acumulou expertise para atender às necessidades de instâncias públicas em obras de sentido público e social com rapidez, baixo custo, qualidade e inovação.

Suas próprias instalações haviam sido planejadas para a produção de edifícios e equipamentos e também para a transferência de conhecimento, na formação de arquitetos, engenheiros e técnicos de construção nessas tecnologias que desenvolveu, em convênios com as universidades públicas – no mesmo espírito do primeiro curso de pós-graduação em Arquitetura da UnB, de 1962, citado no início deste texto, que formou especialistas em tecnologias de construção no planejamento e na própria execução daqueles modernos edifícios da UnB.

Em pleno século XXI, a administração do Brasil – a exemplo do que ocorrera em 1965 – repetia a opção pelo desprezo à inteligência formada em nosso próprio ambiente, com recursos públicos do país, por um de nossos melhores e mais desprendidos profissionais.

O CTRS hoje existe com outro nome na edificação parcialmente realizada (não chegou a ser executada a parte de salas de aula, biblioteca e auditório) e no ferramental que tantas obras realizou; e cuida apenas da manutenção dos edifícios da Rede (e parcialmente, apenas no que não é ainda terceirizado). Grande parte dos técnicos ali formados foram dispensados.

Na impossibilidade de utilização do CTRS para os fins idealizados, o Lelé resolveu atender a uma antiga ideia do amigo Edgar Graeff (falecido em 1990): criar uma instituição própria para realização de obras públicas e formar profissionais especializados em novas tecnologias. Em 2006, obtivemos do Ministério da Justiça o selo de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para o novo "Instituto João Filgueiras Lima, Lelé" – depois rebatizado como IBTH (Instituto Brasileiro de Tecnologia do Habitat), pois a modéstia que o caracterizava não lhe permitia aceitar uma instituição com seu próprio nome. Ou simplesmente "Instituto Habitat", como idealizara o Graeff lá pelos anos 1980.

O Instituto Habitat tinha o Lelé como presidente, José Fernando Minho como diretor de Ensino, e um primeiro Conselho Consultivo formado por amigos como Oscar Niemeyer, Alda Rabelo, Maria Elisa Costa – e eu mesmo, que tive a elevada honra de participar dessa formação como diretor Técnico e membro do Conselho.

Mesmo com a falta de apoio dos poderes públicos, o Instituto planejou a sede do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (foi realizado apenas um dos edifícios do exemplar conjunto projetado) e um edifício anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Outras belas e inovadoras obras foram planejadas e não levados adiante, tais como a própria Fábrica do IBTH, na Bahia, e a Fábrica de El Salvador, em San Salvador/SV – também para industrialização

em argamassa armada e componentes metálicos; a sublime Igreja ecumênica de Pedra Branca (SC) e a arrojada Ponte sobre o Parque do Pituáçu (BA); os conjuntos habitacionais para o Programa Minha Casa Minha Vida de Cajazeiras e de Pernambuco (para fabricação em regime de cooperativa dos próprios moradores), em Salvador/BA; e as sedes para a Casa da Mulher Brasileira – estes três últimos projetos encomendados pela própria presidenta da República, que também não logrou realiza-los por questões administrativas “incontornáveis”, arguidas por auxiliares.

O Lelé faleceu em maio de 2014, levando seus conhecimentos e vendo muitas de suas obras sendo erodidas por ausência de manutenção ou desfiguradas em reformas levadas a cabo por pessoas que não compreenderam as técnicas utilizadas em suas construções.

Nesse cenário, é fundamental reconhecer e louvar a atitude da Prefeitura de Salvador, que promoveu o tombamento da Igreja da Ascensão do Senhor– e esperar que sirva de exemplo para outras das nossas instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico estaduais e nacional. É sua única obra protegida, embora tantas outras pudessem ter sido preservadas, conforme defendem instituições de arquitetos e de ensino de Arquitetura, colegas que bem compreendem a importância do histórico desse arquiteto pleno – a um só tempo professor, mestre de obras e cientista, que nasceu carioca, se formou candango e foi adotado como soteropolitano. Por tudo, um brasileiro admirável.

E para não encerrar sem registrar ao menos mais uma de suas outras tantas virtudes, seus amigos lembram que permaneceu vivo e ativo o músico Lelé, que substituiu o piano dos clubes noturnos do RJ e o acordeon entusiasmado da Cidade Livre pelos sintetizadores eletrônicos que Lelé usava para orquestrar as músicas que compôs – jazz, bossa nova e um tema dominante: histórias musicadas de amigos em situações invariavelmente divertidas. Também na música, a evolução tecnológica foi bem recebida pelas mãos desse artista.

**Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz é arquiteto e atuou com Lelé de 1974 a 2014, de desenhista a parceiro em mais de 60 projetos e obras. Foi presidente nacional do IAB em duas gestões e presidente fundador do CAU/BR também por dois mandatos. É professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IESB (Centro de Educação Superior de Brasília).*